**ATO DO ADMINISTRADOR PARA APROVAÇÃO DA OFERTA DE COTAS DA 7ª (SÉTIMA) EMISSÃO DO
FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO GUARDIAN REAL ESTATE - RESPONSABILIDADE LIMITADA**

CNPJ nº 37.295.919/0001-60

Por este instrumento particular, o **BANCO DAYCOVAL S.A.**, com sede na Avenida Paulista, nº 1.793, Bela Vista, CEP 01.311-200, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (“CNPJ”) sob o nº 62.232.889/0001-90, habilitado para administração de fundos de investimento conforme ato declaratório expedido pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 17.552, de 05 de dezembro de 2019, neste ato representado na forma de seu Estatuto Social (“Administrador”), na qualidade de instituição administradora do **FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO GUARDIAN REAL ESTATE - RESPONSABILIDADE LIMITADA**, fundo de investimento imobiliário constituído sob a forma de condomínio fechado, inscrito no CNPJ sob o nº 37.295.919/0001-60 (“Fundo”), regulado pela Resolução da CVM nº 175, de 23 de dezembro de 2022, conforme alterada (“Resolução CVM 175”), diante da faculdade para emissão de novas cotas por meio de ato do Administrador, nos termos do artigo 8.7 do Anexo do regulamento do Fundo, datado de 12 de junho de 2025, devidamente registrado junto à CVM (“Regulamento”), conforme recomendação da **GUARDIAN GESTORA LTDA.**, com sede na Avenida Pedroso de Morais, nº 1.553, conjunto 42, Pinheiros, CEP 05.419-001, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob o nº 37.414.193/0001-37, devidamente autorizada pela CVM para o exercício da atividade de administração de carteiras de títulos e valores mobiliários, nos termos do Ato Declaratório nº 18.884, de 21 de junho de 2021 (“Gestor”), **RESOLVE:**

1. Aprovar a emissão e a realização da distribuição primária das cotas da 7ª (sétima) emissão do Fundo (“Cotas da 7ª Emissão” e “7ª Emissão”, respectivamente), em classe e série únicas, cuja oferta será realizada no Brasil, sob coordenação e distribuição do Coordenador Líder (conforme abaixo definido), a ser realizada sob o regime de melhores esforços de colocação, registrada na CVM sob o rito de registro automático de distribuição, nos termos da Resolução CVM 175, da Resolução da CVM nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme alterada (“Resolução CVM 160”), e demais leis e regulamentações aplicáveis em vigor (“Oferta”), bem como seus principais termos e condições, incluindo:

- (i) **Número da Emissão:** a presente emissão representa a 7ª (sétima) emissão de cotas do Fundo;
- (ii) **Quantidade de Cotas da 7ª Emissão:** serão emitidas, inicialmente, 44.444.445 (quarenta e quatro milhões, quatrocentas e quarenta e quatro mil, quatrocentas e quarenta e cinco) Cotas da 7ª Emissão, podendo tal quantidade ser: (a) diminuída em virtude da possibilidade de Distribuição Parcial

(conforme abaixo definida), desde que observado o Montante Mínimo da Oferta (conforme abaixo definido), ou (b) aumentada em virtude do exercício, parcial ou total, da Opção de Lote Adicional (conforme abaixo definida);

- (iii) **Montante Inicial da Oferta:** o montante da Oferta é de, inicialmente, R\$ 400.000.005,00 (quatrocentos milhões e cinco reais), sem considerar o Custo Unitário de Distribuição (conforme definido abaixo), equivalente a 44.444.445 (quarenta e quatro milhões, quatrocentas e quarenta e quatro mil, quatrocentas e quarenta e cinco) Cotas da 7ª Emissão ("Montante Inicial da Oferta"), podendo tal montante ser: (a) diminuído em virtude da possibilidade de Distribuição Parcial, observado o Montante Mínimo da Oferta, ou (b) aumentado em virtude do exercício, parcial ou total, da Opção de Lote Adicional;
- (iv) **Preço de Emissão das Cotas da 7ª Emissão:** o valor nominal unitário das Cotas da 7ª Emissão é de R\$9,00 (nove reais), sem considerar o Custo Unitário de Distribuição, equivalente ao valor patrimonial das cotas do Fundo no último dia do mês de junho, conforme divulgado pelo Administrador em 16 de julho de 2025, por meio do informe mensal do Fundo ("Preço de Emissão"), fixado conforme critério previsto no item 8.10 do Anexo ao Regulamento;
- (v) **Custo Unitário de Distribuição e Preço de Aquisição:** adicionalmente ao Preço de Emissão, será devido quando da subscrição e integralização das Cotas da 7ª Emissão, um custo equivalente a 0,11% (onze centésimos por cento) por Cota da 7ª Emissão, correspondente a R\$ 0,01 (um centavo) ("Custo Unitário de Distribuição"), sendo que o valor nominal unitário por Cota da 7ª Emissão acrescido do Custo Unitário de Distribuição perfaz o valor total de R\$ 9,01 (nove reais e um centavo) ("Preço de Aquisição"), inclusive pelos Cotistas que exercerem o Direito de Preferência e o Direito de Subscrição de Sobras e de Montante Adicional (conforme abaixo definidos). O montante captado a partir dos recursos pagos pelos Investidores (conforme abaixo definidos) a título de Custo Unitário de Distribuição será utilizado para o pagamento de todos os custos da Oferta, sendo certo que: (a) eventual saldo positivo do Custo Unitário de Distribuição será incorporado ao patrimônio do Fundo; e (b) eventuais custos e despesas da Oferta não arcados pelo Custo Unitário de Distribuição serão de responsabilidade do Fundo;
- (vi) **Investimento Mínimo Por Investidor.** Não há investimento mínimo por Investidor;
- (vii) **Distribuição Parcial e Montante Mínimo da Oferta:** nos termos dos artigos 73 e 74 da Resolução CVM

160, será admitida a distribuição parcial das Cotas da 7ª Emissão, desde que subscritas Cotas da 7ª Emissão em montante equivalente a, no mínimo, R\$ 1.000.008,00 (um milhão e oito reais) (“Montante Mínimo da Oferta”), sem considerar o Custo Unitário de Distribuição, correspondente a 111.112 (cento e onze mil, cento e doze) Cotas da 7ª Emissão (“Distribuição Parcial”). Atingido o Montante Mínimo da Oferta, as Cotas da 7ª Emissão que não forem efetivamente subscritas durante o Prazo de Colocação (conforme abaixo definido) deverão ser canceladas pelo Administrador.

Nos termos previstos no artigo 75 da Resolução CVM 160, não será concedido o direito de retratação e/ou de subscrição proporcional de Cotas da 7ª Emissão em caso de Distribuição Parcial, de modo que os Investidores e Cotistas (ou terceiros cessionários) deverão integralizar a totalidade das Cotas da 7ª Emissão subscritas, nas respectivas datas de integralização;

- (viii) **Cotas do Lote Adicional:** nos termos do artigo 50 da Resolução CVM 160, o Montante Inicial da Oferta poderá ser acrescido em até 275% (duzentos e setenta e cinco por cento), isto é, em até 122.222.223 (cento e vinte e dois milhões, duzentas e vinte e duas mil, duzentas e vinte e três) Cotas da 7ª Emissão, o que resultará no valor adicional de até R\$ 1.100.000.007,00 (um bilhão, cem milhões, e sete reais) ao Montante Inicial da Oferta, sem considerar o Custo Unitário de Distribuição, nas mesmas condições e no mesmo preço das Cotas da 7ª Emissão inicialmente ofertadas, a critério do Administrador e do Gestor, em comum acordo com o Coordenador Líder (“Cotas do Lote Adicional”), que poderão ser emitidas até a data de encerramento da Oferta, sem a necessidade de novo pedido de registro ou modificação dos termos da Emissão e da Oferta à CVM (“Opção de Lote Adicional”). As Cotas do Lote Adicional serão, caso emitidas, destinadas a atender um eventual excesso de demanda que venha a ser constatado no decorrer da Oferta. Aplicar-se-ão às Cotas do Lote Adicional, caso venham a ser emitidas, as mesmas condições e preço das Cotas da 7ª Emissão inicialmente ofertadas, sendo que a oferta das Cotas do Lote Adicional também será conduzida sob o regime de melhores esforços de colocação, sob a liderança do Coordenador Líder;
- (ix) **Lote Suplementar:** não será outorgada pelo Fundo ao Coordenador Líder a opção de distribuição de lote suplementar para fins de estabilização do preço das Cotas da 7ª Emissão, nos termos do artigo 51 da Resolução CVM 160;
- (x) **Taxa de ingresso e saída:** não será cobrada taxa de ingresso ou de saída dos subscritores das Cotas da 7ª Emissão objeto da Oferta;

- (xi) **Destinação dos Recursos da 7ª Emissão:** os recursos líquidos captados pelo Fundo por meio da Oferta serão aplicados de acordo com a Política de Investimentos do Fundo, estabelecida no Capítulo 6 do Anexo ao Regulamento, conforme detalhado no fato relevante a respeito da Oferta, a ser divulgado pelo Administrador (“Fato Relevante”);
- (xii) **Público Alvo da Oferta:** a Oferta é destinada exclusivamente a investidores profissionais, conforme definidos no artigo 11 da Resolução da CVM nº 30, de 11 de maio de 2021, conforme alterada (“Investidores”), não havendo critérios diferenciadores aplicáveis aos Investidores, sendo vedado o investimento por Investidores não permitidos pela legislação vigente, incluindo, sem limitação, os clubes de investimento em geral, nos termos dos artigos da Resolução da CVM nº 11, de 18 de novembro de 2020, conforme alterada.

Adicionalmente, nos termos do artigo 2º, inciso XVI, da Resolução CVM 160 e do artigo 2º, inciso XII, da Resolução da CVM nº 35, de 26 de maio de 2021, conforme alterada, poderão participar da Oferta: (a) controladores, diretos ou indiretos, e/ou administradores do Fundo, do Administrador, do Gestor e/ou outras pessoas vinculadas à Oferta, bem como seus cônjuges ou companheiros, seus ascendentes, descendentes e colaterais até o 2º (segundo) grau; (b) controladores, diretos ou indiretos, e/ou administradores das Instituições Participantes da Oferta (conforme abaixo definidas); (c) funcionários, operadores e demais prepostos das Instituições Participantes da Oferta, do Administrador, do Gestor, em todos os casos, que desempenhem atividades de intermediação ou de suporte operacional no âmbito da Oferta; (d) assessores de investimento que prestem serviços às Instituições Participantes da Oferta; (e) demais profissionais que mantenham, com as Instituições Participantes da Oferta, o Administrador e o Gestor, contrato de prestação de serviços diretamente relacionados à atividade de intermediação ou de suporte operacional no âmbito da Oferta; (f) sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelas Instituições Participantes da Oferta, pelo Administrador, pelo Gestor, ou por pessoas a elas vinculadas, desde que diretamente envolvidas na Oferta; (g) cônjuge ou companheiro e filhos menores das pessoas mencionadas nos itens “(b)” a “(e)” acima; e (h) fundos de investimento cuja maioria das cotas pertença a pessoas mencionadas nos itens acima, salvo se geridos discricionariamente por terceiros que não sejam Pessoas Vinculadas (“Pessoas Vinculadas”). As pessoas que sejam Pessoas Vinculadas deverão atestar esta condição quando da celebração do termo de aceitação da Oferta ou ordem de investimento.

Caso seja verificado excesso de demanda superior a 1/3 (um terço) da quantidade de Cotas da 7ª Emissão inicialmente ofertada no âmbito da Oferta (sem considerar as Cotas do Lote Adicional), não

será permitida a colocação de Cotas da 7ª Emissão junto aos Investidores que sejam considerados Pessoas Vinculadas, nos termos do artigo 56 da Resolução CVM 160, sendo os respectivos Termos de Aceitação da Oferta ou ordens de investimento automaticamente cancelados, sendo certo que esta regra não é aplicável ao Direito de Preferência, ao Direito de Subscrição de Sobras e de Montante Adicional e ao formador de mercado (se aplicável) e, caso na ausência de colocação para as Pessoas Vinculadas, a demanda remanescente seja inferior a quantidade de Cotas da 7ª Emissão inicialmente ofertadas, observado o previsto no artigo 56, § 3º, da Resolução CVM 160;

(xiii) **Colocação e Regime de Distribuição das Cotas da 7ª Emissão:** a Oferta consistirá na distribuição pública primária das Cotas da 7ª Emissão, no Brasil, a ser registrada perante a CVM sob o rito de registro automático de distribuição, nos termos da Resolução CVM 160, e contará com a coordenação do Coordenador Líder, sob o regime de melhores esforços de colocação, observado o plano de distribuição da Oferta a ser descrito e detalhado nos documentos da Oferta;

(xiv) **Procedimento para Subscrição e Integralização das Cotas da 7ª Emissão:** as Cotas da 7ª Emissão serão subscritas utilizando-se os procedimentos operacionais da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) e/ou do Banco Daycoval S.A., acima qualificado, na qualidade de escriturador das cotas do Fundo (“Escriturador”), conforme o caso, sendo que cada subscritor deverá assinar o Termo de Adesão ao Regulamento e se comprometer, de forma irrevogável e irretroatável, a integralizar as Cotas da 7ª Emissão por ele subscritas. As Cotas da 7ª Emissão deverão ser integralizadas à vista e pelo Preço de Aquisição: (a) nas datas de liquidação do Direito de Preferência e do Direito de Subscrição de Sobras e de Montante Adicional, junto à B3 e/ou junto ao Escriturador, por meio do seu respectivo agente de custódia, e/ou junto ao Escriturador, conforme o caso; e (b) nas datas de liquidação da Oferta, junto à B3 e/ou ao Escriturador, conforme o caso e observado o Cronograma Estimativo da Oferta. Caso um ou mais Investidores (ou Cotistas) que venham a subscrever Cotas da 7ª Emissão sejam credores do Fundo, será admitida a realização da compensação entre a obrigação de integralização de Cotas da 7ª Emissão por tais Investidores (ou Cotistas) (o que pode incluir o pagamento do Custo Unitário de Distribuição), com a obrigação do Fundo de pagamento.

As integralizações de Cotas da 7ª Emissão (após a liquidação do Direito de Preferência) serão realizadas em diversas datas durante o Prazo de Colocação, observado que o Coordenador Líder deverá comunicar os Investidores com, no mínimo, 1 (um) Dia Útil de antecedência da data prevista para a integralização, e comunicar a B3 com, no mínimo, 3 (três) Dias Úteis de antecedência, quando a integralização for realizada via DDA

- (xv) **Registro de Liquidação e Negociação:** As Cotas da 7ª Emissão serão registradas para (i) distribuição no mercado primário por meio do DDA – Sistema de Distribuição de Ativos, e (ii) negociação e liquidação no mercado secundário por meio do mercado de bolsa, ambos administrados e operacionalizados pela B3. O Escriturador será responsável pela custódia das Cotas da 7ª Emissão que não estiverem depositadas na B3.

Durante a colocação das Cotas da 7ª Emissão, o Investidor que subscrever as Cotas da 7ª Emissão, bem como o Cotista ou terceiro cessionário que exercer o Direito de Preferência, Direito de Subscrição de Sobras e de Montante Adicional, receberá, quando realizada a respectiva liquidação, recibo de Cotas da 7ª Emissão que, até a sua conversão em Cotas da 7ª Emissão não será negociável e não receberá rendimentos provenientes do Fundo, exceto pelos rendimentos provenientes dos Investimentos Temporários (conforme abaixo definidos), conforme aplicável. As Cotas da 7ª Emissão somente passarão a ser livremente negociadas na B3 na data definida no Formulário de Liberação, a ser divulgado após a divulgação do anúncio de encerramento da Oferta (“Anúncio de Encerramento”), divulgação de rendimentos *pro rata*, caso aplicável, e de obtida a autorização da B3 para o início da negociação de Cotas da 7ª Emissão.

Para os fins da Oferta, “Investimentos Temporários” significam as aplicações do Fundo em investimentos temporários, nos termos da regulamentação vigente aplicável e do Regulamento;

- (xvi) **Prazo de Colocação:** as Cotas da 7ª Emissão deverão ser subscritas em até 180 (cento e oitenta) dias contados da divulgação do anúncio de início da Oferta (“Anúncio de Início”), nos termos do artigo 48 da Resolução CVM 160, observado o Cronograma Estimativo da Oferta, previsto no Anúncio de Início (“Prazo de Colocação”);

- (xvii) **Coordenador Líder:** a distribuição das Cotas da 7ª Emissão terá como coordenador líder o **BR PARTNERS BANCO DE INVESTIMENTO S.A.**, instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.732, 28º andar, Itaim Bibi, CEP 04.538-132, inscrita no CNPJ sob o nº 13.220.493/0001-17 (“Coordenador Líder”). O Coordenador Líder poderá convidar outras instituições financeiras autorizadas a operar no mercado de capitais brasileiro, escolhidas a seu exclusivo critério, para atuar como participantes especiais na colocação da Oferta (“Participantes Especiais” e, em conjunto com o Coordenador Líder, “Instituições Participantes da Oferta”), as quais estarão sujeitas às mesmas obrigações e responsabilidades do Coordenador Líder;

- (xviii) **Direito de Preferência:** nos termos do item 8.12 do Anexo ao Regulamento, será assegurado aos Cotistas, cujas cotas estejam integralizadas no 3º (terceiro) Dia Útil contado da data de divulgação do Anúncio de Início, o direito de preferência na subscrição e integralização das Cotas da 7ª Emissão objeto da Oferta, na proporção de suas respectivas participações, conforme aplicação do fator de proporção equivalente a 0,30140363891, observado que eventuais arredondamentos serão realizados para o número inteiro imediatamente subsequente (arredondamento para cima), respeitando-se os prazos operacionais da B3 necessários ao exercício de tal direito de preferência (“Direito de Preferência” e “Fator de Proporção”, respectivamente). Os Cotistas poderão ceder seu Direito de Preferência para Cotistas ou terceiros, caso os Cotistas declinem do seu Direito de Preferência na aquisição das referidas Cotas da 7ª Emissão e desde que tal cessão seja operacionalmente viável e admitida nos termos da regulamentação aplicável, observados os prazos e procedimentos operacionais do Escriturador e da B3. As demais condições relacionadas ao Direito de Preferência estarão previstas no Fato Relevante; e
- (xix) **Direito de Subscrição de Sobras e Montante de Adicional:** Encerrado o Período de Exercício do Direito de Preferência junto à B3 e ao Escriturador, e não havendo a colocação da totalidade das Cotas da 7ª Emissão, será conferido aos Cotistas (ou terceiros cessionários) que exercerem seu Direito de Preferência e que manifestaram o seu interesse no exercício da subscrição de sobras no âmbito do Direito de Preferência, o direito de subscrição de sobras (“Direito de Subscrição de Sobras”), equivalente à diferença entre o montante de Cotas da 7ª Emissão inicialmente objeto da Emissão e a totalidade de Cotas da 7ª Emissão subscritas durante o Período de Exercício do Direito de Preferência (“Sobras”). O percentual máximo de Sobras a que cada Cotista terá direito a título de Direito de Subscrição de Sobras será equivalente ao fator de proporção a ser indicado no Comunicado de Encerramento do Período de Exercício do Direito de Preferência, o qual será o resultado da divisão entre (i) o número de Cotas da 7ª Emissão remanescentes na Oferta, após o Direito de Preferência (o qual poderá considerar a emissão das Cotas do Lote Adicional); e (ii) a quantidade de Cotas da 7ª Emissão subscritas durante o Direito de Preferência, sendo certo que serão consideradas apenas as Cotas da 7ª Emissão dos Cotistas (ou terceiros cessionários) que, no ato do exercício do Direito de Preferência, incluíram sua intenção em participar do Direito de Subscrição de Sobras. Os Cotistas que não exercerem o Direito de Preferência não possuirão o Direito de Subscrição de Sobras. Cada Cotista deverá indicar, concomitantemente à manifestação do exercício de seu Direito de Subscrição de Sobras, se possui interesse na subscrição de um montante adicional de Cotas da 7ª Emissão (além daquele que o Cotista teria direito segundo o fator de proporção do Direito de Subscrição de Sobras) (“Montante Adicional”), especificando a quantidade de Cotas da 7ª Emissão adicionais que deseja

subscrever, limitada ao total das Cotas da 7ª Emissão existentes para as Sobras (“Direito de Subscrição de Montante Adicional”). Adicionalmente, os Cotistas que não exercerem o Direito de Subscrição de Sobras não poderão exercer também o Direito de Subscrição de Montante Adicional.

A quantidade de Cotas da 7ª Emissão a ser subscrita por cada Cotista deverá corresponder sempre a um número inteiro, não sendo admitida a subscrição de fração de Cotas da 7ª Emissão, observado que eventuais arredondamentos serão realizados para o número inteiro imediatamente subsequente (arredondamento para cima).

Os Cotistas poderão manifestar o exercício de seu Direito de Subscrição de Sobras, total ou parcialmente, assim como seu interesse no exercício do Direito de Subscrição de Montante Adicional, (i) até o 4º (quarto) Dia Útil a contar da data de início do Período de Exercício do Direito de Subscrição de Sobras e de Montante Adicional (inclusive) (“Data de Início do Período de Exercício do Direito de Subscrição de Sobras e de Montante Adicional”) junto à B3; e (ii) até o 5º (quinto) Dia Útil a contar da Data de Início do Período de Exercício do Direito de Subscrição de Sobras e de Montante Adicional (inclusive) junto ao Escriturador, observados os prazos e os procedimentos operacionais da B3 e do Escriturador, conforme o caso (“Período de Exercício do Direito de Subscrição de Sobras e de Montante Adicional”).

Os Cotistas que exercerem seu Direito de Preferência junto à B3 somente poderão manifestar o exercício de seu Direito de Subscrição de Sobras e de Montante Adicional junto à B3. Os Cotistas que exercerem seu Direito de Preferência junto ao Escriturador somente poderão manifestar o exercício de seu Direito de Subscrição de Sobras e de Montante Adicional junto ao Escriturador. É vedado aos Cotistas (ou seus terceiros cessionários do Direito de Preferência) ceder, a qualquer título, seu Direito de Subscrição das Sobras e de Montante Adicional.

Encerrado o Período de Exercício do Direito de Subscrição de Sobras e de Montante Adicional, será feita a alocação de forma discricionária, pelo Coordenador Líder, do montante subscrito de Sobras no Período de Exercício do Direito de Subscrição de Sobras e a identificação dos Cotistas (ou terceiros cessionários do Direito de Preferência) que manifestaram seu desejo no exercício do Direito de Subscrição de Montante Adicional, e a alocação do Montante Adicional, de forma que, no entender do Coordenador Líder, melhor atenda os objetivos da Oferta.

No final do 2º (segundo) Dia Útil subsequente à data de encerramento do Período de Exercício do Direito de Subscrição de Sobras e de Montante Adicional, os Cotistas (ou terceiros cessionários do Direito de Preferência) terão disponíveis para consulta junto ao Escriturador e ao seu respectivo agente de custódia, a quantidade de Cotas da 7ª Emissão a ser subscrita por cada Cotista (ou terceiros cessionários do Direito de Preferência), a título de Direito de Subscrição de Sobras e de Montante Adicional.

A integralização das Cotas da 7ª Emissão subscritas durante o Período de Exercício do Direito de Subscrição de Sobras e de Montante Adicional será realizada no 3º (terceiro) Dia Útil subsequente à data de encerramento do Período de Exercício do Direito de Subscrição de Sobras e de Montante Adicional no Escriturador ("Data de Liquidação do Direito de Subscrição de Sobras e de Montante Adicional") e observará os procedimentos operacionais da B3 e do Escriturador;

- (xx) **Cotas Remanescentes:** Após o procedimento descrito no item (xix) acima e, conforme o caso, a divulgação do comunicado de encerramento do Período de Exercício do Direito de Subscrição de Sobras e de Montante Adicional, a quantidade de Cotas da 7ª Emissão remanescentes será colocada pelas Instituições Participantes da Oferta para os Investidores da Oferta.

- (xxi) **Devolução de Valores:** caso a Oferta seja cancelada, nos termos dos art. 70 e 71 da Resolução CVM 160, todos os atos de aceitação serão cancelados e o Coordenador Líder comunicará aos Investidores e aos Cotistas e terceiros cessionários que exerceram o Direito de Preferência, o Direito de Subscrição de Sobras e de Montante Adicional sobre o cancelamento da Oferta. Caso já tenha ocorrido a integralização de Cotas da 7ª Emissão e a Oferta seja cancelada, os valores eventualmente já depositados serão devolvidos pelo Fundo aos respectivos Investidores (inclusive os Cotistas e terceiros cessionários que exercem o Direito de Preferência, o Direito de Subscrição de Sobras e de Montante Adicional), com base no Preço de Aquisição, com dedução do Custo Unitário de Distribuição e dos eventuais custos e dos valores relativos aos tributos incidentes, se existentes, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data da comunicação do cancelamento ou da revogação da Oferta;

- (xxii) **Direitos e Características das Cotas da 7ª Emissão:** as Cotas da 7ª Emissão são da classe única, nos termos do Anexo ao Regulamento, correspondem a frações ideais do patrimônio líquido da classe, não são resgatáveis, terão a forma nominativa e escritural, conferirão aos seus titulares, desde que totalmente subscritas e integralizadas, direito de participar em quaisquer rendimentos da classe, se houver, não conferem aos seus titulares propriedade sobre os ativos integrantes da carteira do Fundo,

da classe ou sobre fração ideal desses ativos, e são livres de quaisquer restrições ou ônus, e conferem aos titulares da classe os mesmos direitos, de forma igualitária e sem quaisquer vantagens.

As Cotas da 7ª Emissão terão as características que lhes forem asseguradas no Anexo do Regulamento, nos termos da legislação e regulamentação vigentes e cada uma corresponderá a um voto na Assembleia Geral de Cotistas do Fundo, observado o disposto na Resolução CVM 175 e no Regulamento; e

(xxiii) **Demais Termos e Condições da Oferta:** os demais termos e condições da 7ª Emissão e da Oferta serão descritos nos documentos da Oferta.

2. Aprovar a contratação do Coordenador Líder, acima qualificado, para intermediar a Oferta, na qualidade de instituição distribuidora líder, sob o regime de melhores esforços de colocação.

Os termos que não se encontram aqui definidos possuem a definição dada a eles no Regulamento.

Sendo assim, assina o presente instrumento de forma eletrônica.

São Paulo, 25 de julho de 2025.

BANCO DAYCOVAL S.A.

Administrador